



Notas sobre a formação do circuito das artes populares no Brasil

LINS, Artur André. O circuito das artes populares no Brasil: o caso do povoado Ilha do Ferro (AL). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

Francisca Diulyanne de Alencar Silva Braga¹
ORCID: 0000-0002-2397-2529

Introdução

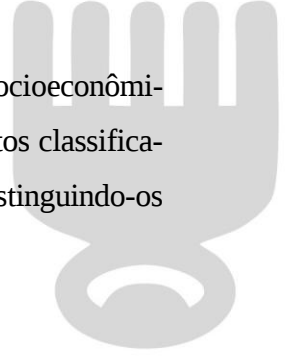
O processo de transformação social pelo qual passou o artesanato brasileiro ao longo do tempo reflete, antes de tudo, a sua colocação particularmente identificada no pólo dominado do mercado artístico mais amplo. Mais ainda: ele evidencia os efeitos não pacíficos das mudanças que a passagem do desenvolvimento econômico causou nos modos tradicionais de vida das populações no último século, principalmente das áreas rurais. O movimento favorável às políticas de desenvolvimento nacional exerceu nítida influência não apenas no campo da cultura popular, mas também se tornou verificável nas práticas e nos discursos que acompanharam essas modificações. Estão atreladas às fases desse processo as estruturas que norteavam a vida social no Brasil a partir do enfoque em uma visão dualista entre o arcaico e o moderno, presentes ainda na contemporaneidade.

As artes populares se situam no entremeio dessa discussão, tendo em vista que os discursos diferenciadores – “popular” e “erudito”, “artesanato” e “arte”, “utilitário” e “supérfluo” – sobreviveram às transformações de corte muitas vezes definitivo no fluxo da modernidade. Não se trata da substituição do antigo pelo novo, mas do cruzamento de fatores específicos que permitem a atualização das práticas e dos saberes tradicionais no âmbito da assimilação contemporânea do fazer artístico ocidental. No presente livro, o sociólogo Artur André Lins percebe a complexidade dessa dinâmica, cujo funcionamento corresponde também com a dimensão ampliada da produção, circulação e consumo de um específico mercado de bens culturais.

Para tanto, o autor propôs entender o circuito das artes populares no Brasil elegendo o estudo de caso da produção artística artesanal nacionalmente reconhecida do povoado Ilha do Ferro, situado no município de Pão de Açúcar, no estado de Alagoas. Na margem do trecho baixo do Rio São Francisco, onde fica localizado o referido polo criativo, a arte popular sertaneja é objeto



¹Advogada. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro das Comissões de Defesa do Consumidor e de Direitos Culturais da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará. E-mail: diulyannealencar@alu.ufc.br.



singular das disputas pelas representações legítimas, em suas dimensões culturais e socioeconômicas. Os agenciamentos que acompanham essa lógica de mercado denegada têm efeitos classificadores, atribuindo capital de reconhecimento diferenciador. Nomeiam-se os artistas distinguindo-os dos artesãos, as obras de arte dos objetos de uso doméstico e assim por diante.

O artesanato como objeto de pesquisa

Dividindo a estrutura do texto em duas seções, o autor fez opção pelo método marxiano de análise em que se privilegia a passagem do abstrato ao concreto. Primeiramente, Lins trouxe um amplo e contextualizado debate teórico sobre o circuito das artes populares para, em seguida, discutir os elementos empíricos oferecidos pelo lugar da pesquisa: o povoado e o fenômeno diferencial da consagração de Jasson Gonçalves. Arte, artesanato e indústria compuseram a tríade de análise escolhida pelo autor, metodologicamente pensada a partir do sentido típico-ideal weberiano do “artesanato-indústria”. Nesse sentido, foram discutidas as etapas do avanço do capitalismo moderno, bem como a dissolução dos modos antigos do trabalho manual que cederam lugar à produção seriada do maquinário fabril. Enquanto a noção do “artesanato-arte”, por sua vez, alcança a dimensão simbólica do objeto produzido.

Lins percorreu acerca da instituição legitimadora do museu como um espaço privilegiado em que se configura o culto secularizado da arte exposta. Para entender o que separa a arte do artesanato, o livro apresenta o percurso histórico por trás da definição da autoria e da construção de uma reputação artística. Tudo isso foi realizado para demonstrar que a oposição estabelecida ao longo do tempo entre arte e artesanato vem exercendo um papel tanto classificador quanto hierarquizante dos sujeitos e de suas obras, estando elas dentro ou fora dos limites físicos da instituição museu. Tradicionalmente distanciada desse lugar legitimador, a imagem do artesanato tem sido apreciada pela mediação classificadora do seu valor de uso (culto), enquanto a arte preserva uma atribuição de sentido que transcende o espaço geométrico, com apelo estético elevado (exposição).

Finalizando a primeira seção, Artur Lins adentrou o estudo específico da formação dos circuitos artísticos populares segundo uma assimilação amparada nos discursos, nas crenças e nas narrativas que embasam o seu funcionamento. A disputa pela nomeação legítima de uma classificação, ao definir o que existe, também faz com que o que é definido passe a existir (Bourdieu, 2020, p. 121). Empregam-se nesse processo as estratégias em defesa de um universo do qual depende a reprodução de certos valores a serviço de fortes armas simbólicas, necessárias para alcançar a eficácia técnica, o reconhecimento, o estilo próprio, a visão de mundo



autorizada, etc. Assim, Lins (2023, p. 53) explica que cabe aos intermediários o exercício dessas mediações simbólicas.

Contribuindo para o estudo do circuito da produção artesanal no Brasil, o autor enfatizou as mudanças ocorridas desde a década de 1970, como sendo um marco do capitalismo global para a assimilação no sistema de mercado contemporâneo, inserindo o artesanato na esfera da economia flexível, tendo como principais pontos: a autenticidade; a imaterialidade, o enriquecimento e a diversidade cultural. Dialogando com o conceito de “era transestética”, formulado por Gilles Lipovetsky, o autor percebeu que os dois primeiros pontos são responsáveis por gerar novos nichos de consumo, qualificando o autêntico para além da crítica contra as cópias, ou seja, alcançando a subjetividade atrelada a uma produção imaterial.

O debate prolonga-se a partir da noção de “economia do enriquecimento”, elaborada por Luc Boltanski e Arnaud Esquerre, autores com os quais Artur Lins concordou ao considerar que a narrativa sobre a arte tem justificado uma valorização que dá referência legítima, atribuindo sentido diferenciado e retirando dos produtos o aspecto de simples mercadorias. No nível de circulação mundializada, em diálogo com a teoria de Renato Ortiz (1994), esta pesquisa afirma que o discurso da diversidade cultural favorece a heterogeneização das mercadorias, empregando ao lugar de origem uma eficácia simbólica de “marca”. Não se trata apenas de um circuito de mercado, mas de um trânsito ativo de recursos simbólicos pensados para ultrapassar a condição de simples mercadoria.

Abrindo a seção empírica, Artur Lins passou a direcionar a discussão para o seu percurso como investigador, localizando espacial, histórica, econômica e culturalmente a Ilha do Ferro (AL) como principal campo de pesquisa. A ênfase dada aos fatores inerentes à chegada do “desenvolvimento” colabora para a reflexão acerca dos fenômenos sociais que acarretaram a substituição paulatina dos modos de trabalho tradicionais, da abertura das vias de acesso e dos impactos ambientais naquele povoado ribeirinho. O autor optou pela descrição interrelacional dos fatos que levaram à projeção nacionalmente reconhecida da identidade cultural desse lugar, tendo como ponto de partida a trajetória de consagração pioneira de Fernando Rodrigues (1928-2009), em contato com os agentes intermediários do Museu Théo Brandão.

A expansão das atividades artístico-artesanais no povoado, vivenciada após as redes de relações que se estabeleceram entre compradores, colecionadores, “olheiros” e demais mediadores, passou a representar uma opção de renda atrativa aos nativos e moradores próximos, confirmados ou não como herdeiros do legado individual do mestre Fernando Rodrigues. Antes mesmo das voltadas para um único agente distinto, as atenções já eram dadas ao gênero artesanal do bordado “Boa-Noite” produzido pelas artesãs da Cooperativa Art-Ilha. Outro importante



fator responsável pelo fortalecimento do turismo cultural foi a divulgação feita pela Galeria Karandash, incluindo as artes populares da Ilha do Ferro (AL) no mercado nacional da decoração de interiores e do *design*.

O caso distintivo de Jasson Gonçalves, cuja obra é alvo do desejo dos colecionadores e de outros mediadores das várias partes do Brasil, soma-se ao repertório de pesquisa sobre trajetórias de consagração na área da Sociologia da Cultura, ressaltando os aspectos biográficos e de inserção do artista-artesão nesse crescente mercado de bens culturais. As condições materiais de existência, a sua origem e capital familiar herdado, as escolhas realizadas a partir das posições ocupadas no espaço social da arte popular desse povoado e as adaptações às regras do jogo pertencentes a esse mundo restrito – com suas polaridades e narrativas – foram alcançadas pela interpretação sociológica do autor. O circuito artístico, desse modo, foi desenhado segundo a rede de relações estabelecidas e concretamente engajadas na valorização do estilo único desse agente engajado no campo da arte popular.

Conclusão

Neste trabalho, as artes plásticas populares no Brasil passaram a assumir uma função ambivalente: como item decorativo e de utilidade. O sentido prático tornou-se igualmente abstrato. Ao mesmo tempo em que os objetos passam a transmitir uma mensagem, evocaram o lugar de origem e a originalidade da autoria. “Na construção do ambiente, é como se os detalhes fossem portadores de metatextos, quer dizer, como se cada detalhe evocasse por si só uma narrativa, um relato, uma história”, conforme afirmou Lins (2003, p. 310). O simbolismo nesse caso interessa não apenas à forma objetiva do objeto ou à definição atribuída por vontade de seu idealizador, mas ao sentido precípua da representação. O comando desse conjunto de significados é orientado pelo contexto ligado à apreciação e aos limites da circulação no mercado de bens culturais produzidos pelos artistas populares.

A relevância deste estudo está na revelação crítica de que a posição social do criador se ampara na existência do circuito engendrado pelo engajamento ativo dos seus intermediários. Artur André Lins, nesse texto proveniente de sua pesquisa de mestrado na Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, conseguiu elaborar um percurso analítico de compreensão dinâmica da formação brasileira do circuito das artes populares, contextualizando os significados e as distâncias que os fenômenos culturais dificilmente deixam transparecer. Fora da apreciação dialética, a prática artesanal é um mero acesso incorporado numa dada tendência de mercado, um nicho utilitário com significação conceitual. Assim, optando pelas contradições do sistema



de arte-cultura, ele revelou aos olhos do leitor um sistema de mercado para além da experiência ordinária do mundo social.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral, vol. 1: lutas de classificação*, Curso no Collège de France (1981-1982). Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2020.

LINS, Artur André. *O circuito das artes populares no Brasil: o caso do povoado Ilha do Ferro (AL)*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023. 366 p.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Recebido em 24/06/2024

Aprovado em 05/07/2024

Publicado em 31/12/2024